

PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES ACERCA DA INFÂNCIA E DA ESCOLA NUMA COMUNIDADE DO INTERIOR (1940-1970)

Tânia Mara Pereira Vasconcelos – USP/UNEB

O tema da infância é recente na historiografia, tendo sido inaugurado pelo historiador francês Phillipe Áries. Ao publicar a obra *A criança e a família no Antigo Regime*, em 1960, Ariès discute a infância - considerada uma fase específica - como uma invenção moderna. Na Idade Média, segundo o autor, o “sentimento da infância” era desconhecido, já que as crianças não viviam em um mundo à parte, separadas dos adultos. Vestiam-se da mesma forma, participavam dos mesmos jogos, trabalhos e festas, tampouco eram excluídas de suas conversas. Ariès afirma que a mudança de mentalidade em relação à criança se deu de forma lenta, partindo das classes burguesas para posteriormente atingir a nobreza e o povo. A idéia da especificidade infantil estaria relacionada ao surgimento do colégio, no qual as crianças passam a ser rigidamente disciplinadas e enclausuradas, com o propósito de afastá-las do mundo adulto.¹ “A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles” (ÀRIES, 1981, p. 11).

A instituição escolar passa a ter a preocupação de educar, tanto quanto instruir. Essas transformações, que se iniciaram por volta do século XIV, na Europa, se baseavam em duas novas idéias: a noção de fraqueza da infância e o sentimento de responsabilidade moral dos mestres, que passam a ter também a função de inculcar virtudes, formar os espíritos. A vigilância constante e os castigos corporais se constituem parte indispensável desse sistema disciplinar. Começaria a partir do século XVII, segundo o autor, um longo processo de enclausuramento das crianças que se estenderia até os nossos dias.

A ESCOLA EM SERROLÂNDIA

Serrolândia é um pequeno município do interior da Bahia,² localizado no semi-árido baiano, a 319,9 Km de Salvador, no sertão da região Nordeste

¹ Algumas conclusões de Ariès têm sido alvo de diversas considerações e críticas por parte de historiadores também ligados à Nova História, as quais não me proponho a discutir na dimensão desse texto. Ver por exemplo: Jacques Gélis (1997, p. 311- 329) e Le Roy Ladurie (1997, p. 256- 273).

² Serrolândia foi fundada no início dos anos quarenta como povoado de Serrote, pertencente ao município de Jacobina. Tendo sido emancipada em 1962. REIS, Diomedes Pereira dos. *Serrote de Ontem, Serrolândia de Hoje*. Salvador: Press color. 1994.

brasileira. Levando em conta ser a infância um conceito construído historicamente, procuramos analisar, nessa sociedade discursos e práticas que refletem visões a respeito da criança, representadas na escola.

Na pesquisa realizada, classificamos a instituição escolar em Serrolândia, no período estudado, em três tipos: a escola rural particular, a escola paroquial e a escola pública. No presente texto, devido à exigüidade do espaço, optamos por apresentar apenas a escola paroquial.

As fontes utilizadas na pesquisa se constituem centralmente de entrevistas com pessoas que vivenciaram experiências como pais, filhos, alunos e professores no período estudado, além de uma documentação escolar como: fotografias, livros de ata, de matrícula e de assiduidade.

A escola paroquial foi fundada no povoado de Serrote, em 1941, trazida pelo Padre alemão Alfredo Hasller, que ficou muito conhecido na região de Jacobina como um “grande catequizador”, tendo fundado escolas em toda a micro-região. O ensino era gratuito. As professoras eram formadas e vinham de fora, ficando hospedadas em casas de pais de alunos. Essa escola permaneceu no Povoado até 1951.

Segundo alguns depoimentos, durante o período em que funcionou, a escola paroquial era a única escola institucional existente no Povoado, funcionando com uma única sala de aula, nos turnos matutino e vespertino. Dessa forma, acabava substituindo o Estado, numa época em que se propagava no Brasil a idéia de uma “educação para todos”. Provavelmente nos pequenos povoados como Serrote, o ideal dos reformadores escolanovistas³ estava muito longe de se concretizar. Por conta disso, o Pe. Alfredo, como fundador das escolas paroquiais, que ofereciam ensino gratuito, se tornou quase um mito. A importância dessa escola no Povoado de Serrote, é ressaltada por um ex-aluno, que afirma: “Se não fosse Pe. Alfredo isso aqui só tinha analfabeto”.⁴

O fato da escola paroquial oferecer um ensino gratuito, poderia ser um motivo para atrair a população mais pobre, como nos afirmou D. Elisa, uma ex-aluna: “Era a única

³ O movimento escolanovista que se colocou como crítico da escola tradicional, surgiu no Brasil na década de 1920, tendo influenciado algumas reformas do ensino público, contribuindo para a sua expansão. Suas idéias expressaram-se de maneira clara em 1932, no Manifesto dos Pioneiros da Educação. As principais propostas contidas no documento foram: ênfase para a educação pública, a escola única e a co-educação, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino elementar, a laicidade, a descentralização do sistema escolar, renovação na metodologia a partir do uso da psicologia na educação. (ROMANELLI, 1999).

⁴ Florivaldo Magalhães Souza, depoimento gravado.

escola que tinha, vinha menino da roça, estudava todo mundo, pobres e ricos”.⁵ No entanto, a extrema organização e rigidez desta, comentada por todos os depoentes, talvez trouxesse exigências impossíveis de serem cumpridas por famílias mais pobres. Podemos comparar os depoimentos de D. Elisa, (ex-aluna da escola paroquial) e Seu Alexandre (ex-aluno e ex-professor da escola particular rural), que afirmou não ter tido condições de frequentá-la:

D. Elisa: Farda branca com gola marinheiro, gravata. A farda era alinhada e todo mundo tinha que ir pra escola de farda e sapato (...) O livro era comprado, uma dificuldade! Tinha que mandar buscar em Jacobina, em Senhor do Bonfim (...) Todo mundo tinha livro. Livro, caderno, lápis de cor.

S. Alexandre: quando eu peguei a estudar eu não tinha condições de ir para a escola paroquial porque eu não tinha condições de comprar fardinha e Padre Alfredo tinha a fardinha.⁶

O caráter institucional dessa escola, distante da realidade de uma população rural pobre, talvez fizesse com que alguns pais preferissem a escola rural particular⁷ (mesmo sendo paga), com professores conhecidos, próximos da sua realidade, como no caso dos pais de Seu Alexandre.

Como parte das exigências da escola paroquial, a pontualidade e a higiene eram requisitos indispensáveis aos alunos como afirma Sr. Florivaldo: “Tinha disciplina mesmo e o horário, era horário britânico, tinha que chegar na hora e sair na hora (...) todo mundo de unha cortada e cabelo penteado...”

A preocupação com a pontualidade e a higiene é parte de um ideal moderno civilizador que visa disciplinar a população, interferindo no seu cotidiano, procurando assim, modificar hábitos e costumes.

As pesquisas sobre a história da educação no Brasil vêm revelando como a escola, física e simbolicamente, foi se instituindo como o lugar mais apropriado para a formação das novas gerações. Nela foi sendo construída uma cultura escolar⁸ distante da

⁵ Elisa de Almeida Moreira, depoimento gravado.

⁶ Alexandre Argemiro dos Santos, depoimento gravado.

⁷ A escola rural particular foi o primeiro tipo de escola identificado no povoado. Funcionava de maneira informal, em casas de famílias, a partir da união entre vizinhos, que contratavam um professor para dar instruções elementares aos filhos, geralmente por um curto período que fosse suficiente, na visão do professor, para que os alunos se “alfabetizassem” e aprendessem a fazer “alguns tipos de conta”. O professor, na maioria das vezes era leigo e tinha sido instruído por esse mesmo sistema.

⁸ Segundo Dominique Julia (2001), a cultura escolar compreende “um conjunto de normas que definem saberes a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas ordenadas de acordo com finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem que se leve em conta o corpo profissional dos agentes que são

cultura de parcelas da população que se pretendia modificar através das crianças: uma cultura escolar que não se articula em torno do conhecimento, mas da possibilidade de criar uma instituição ordenadora da vida social (FARIA FILHO, 1996).

Segundo Faria Filho (1996), no início de sua história, a cultura escolar se assemelhava à cultura da população. Com a criação dos grupos escolares, em substituição às escolas isoladas, criou-se não apenas um lugar físico diferente, mas, principalmente, um novo lugar simbólico, capaz de operar uma mudança de sensibilidade, linguagem, comportamentos, costumes, e mesmo de projetos e perspectivas sociais, a começar pelas crianças. No grupo escolar, a escola deixou o espaço privado para entrar no espaço público, espaço de construção da cultura escolar.

No Povoado de Serrote, apesar da escola paroquial não funcionar em um grupo escolar, como no exemplo do autor, a sua forma de funcionamento – o conjunto de normas e práticas – configurava-se possivelmente numa cultura escolar distante da cultura da população rural pobre, o que suscitava resistências. O mesmo não ocorria na escola rural particular, em que as aulas aconteciam na casa da família de um dos alunos ou do professor, um espaço privado, e a disciplina imposta, estava, de certa forma, de acordo com os princípios e valores dos próprios pais. Vejamos o depoimento de um professor, Seu Alexandre:

...pra eu tomar o nome do aluno tinha que vim acompanhado com o pai, ou com o pai ou com a mãe. (...) Aí eu conversando mais ele: “Seu Antuzo, eu gosto que o pai ou a mãe venha porque se o aluno desobedecer e eu passar um bolo nele ou dar um castigo ele pode chegar em casa chorando (...). E qualquer coisa que o senhor não achar bom, aí o senhor diz: ‘Oh, Alexandre, meu aluno vai estudar, agora se merecer o senhor não vai bater’. Eu não aceito, porque vai dar mal exemplo aos outro. Eu mais o pai combinava assim: estando na casa do pai era o pai, estando na minha casa o pai era eu. Então... eu nunca bati um menino de chegar e o pai vim contra mim, dizer: “Alexandre, porque você bateu meu filho?” Não, eles dizia assim: “Você bateu pouco (...) que o professor é um pai”.

Os castigos físicos nessa época eram comuns nos dois tipos de escola. A disciplina da escola paroquial, parece-nos ser ainda mais rígida, por se fundamentar numa moral religiosa. A sabatina era o principal meio de verificação da assimilação dos conteúdos. D. Elisa destaca a frequência dos castigos físicos e a importância da memorização nessa escola:

chamados a obedecer a essas normas e, portanto, a pôr em ação dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores”.

Por qualquer coisa apanhava, era uma coisa impressionante, as professoras batiam mesmo (...) Botava de castigo se num desse a lição. Tinha que aprender a lição de cór (...) tinha que aprender de cór e salteado, e a professora perguntava e tinha que responder ali, sem faltar uma vírgula.

A prova era a principal forma de “medir” a aprendizagem do aluno. Nessa escola, ela era feita de duas maneiras, escrita e oral, uma servia para atestar a validade da outra: “pra ver se o aluno pescou”, como nos conta D. Elisa. A desconfiança na validade da prova escrita por parte das professoras, indica a existência de formas, encontradas pelos alunos, de burlar a vigilância e conseguir “pescar”. A ênfase na memorização dos conteúdos, sem a promover a reflexão, é característica dos dois tipos de prova. D. Elisa consegue se lembrar ainda hoje, de conteúdos que teve que decorar na época da escola:

Aí a professora perguntou o que era civilidade. Mas menino! Eu não soube responder na prova escrita (...) Aí minha mãe disse: “Quero ver se tu num vai aprender pra responder na prova oral, que ela vai perguntar, você vai ver.” Pois foi dito e certo! Ela perguntou, aí eu respondi certinho: “Civilidade é o conjunto de formalidades usada na sociedade pelas pessoas bem educadas, também tem o nome de cortesia e boas maneiras, consiste em tratar com amabilidade as pessoas mais humildes e com... (...) esqueci... as mais exaltadas.” (...) Marcou! Oh, menina, ficou... e eu sabia. Mas era uma pressão tão grande que os professores faziam. Dava a prova e marcava tantos minutos...

É bastante significativa a forma como esse “conceito” ficou guardado na memória da ex-aluna quase cinquenta anos depois. Exigir do aluno que soubesse “de cór e salteado” o que é civilidade, talvez tivesse muita importância dentro dos objetivos da escola paroquial. A idéia de formar um “cidadão civilizado”, católico, normatizado e disciplinado, certamente fazia parte dos objetivos dessa escola⁹.

O conceito de civilidade, que ficou gravado na memória de D. Elisa, reflete o caráter elitista do ensino católico tradicional. A distinção entre o tratamento que deve ser dispensado às pessoas mais humildes e às mais exaltadas indica, de certa forma, a justificação e a naturalização das diferenças sociais. Em seu depoimento podemos perceber também, a pressão psicológica a que estavam submetidos os alunos sujeitos a esse tipo de exame, como forma de avaliação.

Segundo Foucault, “o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza” (1999, p. 154). Ele exerce o seu poder ao estabelecer sobre os indivíduos uma visibilidade que permite diferenciá-los. Na escola moderna, o exame tornou-se uma forma privilegiada de impor a disciplina, por permitir ao mestre levantar

⁹ Vicent, Lahire e Thin (2001.p. 14) discutem a relação do surgimento da “forma escolar” com a nova ordem urbana (século XVII), destacando a importância do aprendizado das “Civilidades” como forma de disciplinar a população.

um campo de conhecimento sobre os alunos, podendo assim, classificá-los hierarquicamente. A escola examinatória marca o início de uma pedagogia que funciona como ciência.

A disciplina da escola paroquial era calcada em princípios religiosos. Além de haver o ensino religioso nas aulas, os alunos deveriam ser necessariamente católicos, freqüentando todas as missas e participando da catequese. Havia um grupo denominado Cruzada, do qual D. Elisa fazia parte. No depoimento abaixo, ela fala da sua importância:

Tinha oração (na escola), iniciava com oração e encerrava com oração (...) Tinha catequese, tinha missa e tinha um grupo, eu mesmo era do grupo (...) A Cruzada era um grupo de alunos que tinham responsabilidade de distribuir folheto. (...) Quando Pe. Alfredo chegava tinha reunião dos alunos do grupo da Cruzada. Nós tínhamos uma fita vermelha... Não! Cruzada era azul claro com uma medalha (...) se tinha o pai de um aluno doente, qualquer coisa a gente dava notícia à professora... Era como um grupo de evangelização.

Parece-nos que esse grupo tinha uma função disciplinar, que funcionava como uma espécie de vigilância, atuando, de certa forma, como intermediário da relação escola-comunidade, mantendo as professoras sempre informadas sobre a vida das famílias dos alunos. A hierarquia era fundamental nesse sistema disciplinar. D. Elisa comenta os critérios de escolha desses alunos:

Através do comportamento... mais comportado (...) era oração, um ajudava o outro... É uma irmandade, entendeu? Depois disso, quando a gente saía da Cruzada, que passava... que lá é até a adolescência, né? No final da adolescência as meninas iam ser filhas de Maria, aí já mudava a cor da fita, a fita já era vermelha...

A Cruzada provavelmente se constituía como uma elite dentro da escola. O distintivo utilizado por esse grupo, a fita azul com a medalha, se modificava à medida que o grupo atingia uma outra faixa etária. É provável que o que diferenciava esse grupo do restante dos alunos fosse sua maior adequação à disciplina desejada pela escola.

Os alunos da escola paroquial, eles eram preparados (...) A gente na época da Semana Santa, jejuava os três dias. (...) a turma que era da Cruzada não tomava café, ia pra escola, lá pra o salão e depois os pais mandavam o café, a gente tomava café já era tarde...

O sacrifício religioso aparece como mais uma forma de diferenciação dos alunos da Cruzada. A dimensão religiosa dessa escola está relacionada a uma visão de infância, que idealiza a criança como um ser puro e inocente. Esse ideal nos remete ao mito da criança-santa, discutido por Mary Del Priore (1999, p. 11-15). Segundo a autora, os jesuítas foram responsáveis pela elaboração dos primeiros modelos ideológicos sobre a criança, no Brasil. Na Europa, ao longo do século XVI, fabricou-se a devoção ao menino

Jesus. O sentimento de valorização da criança, a partir daí, esteve presente nos discursos dos jesuítas que, na intenção de evangelizar os habitantes do “Novo mundo” davam preferências às crianças, consideradas como “o papel branco”, a “cera virgem”, mais propensos a aceitar os ensinamentos religiosos católicos do que os adultos. Nesse sentido, a infância é percebida como um momento oportuno para a catequese. Com base nesse ideal, se formaram os primeiros colégios do Brasil colonial.

Municiados por um regime de normas a submeter a criança, os jesuítas ajudaram a fazer a passagem entre a escola da Idade Média e o colégio dos tempos modernos, substituindo a instrução técnica atabalhoadamente dirigida a jovens e velhos, por uma formação social e moral rigidamente hierarquizada.(DEL PRIORE, 1999, p.14)

A disciplina escolar teve origem na disciplina eclesiástica, sendo os jesuítas os primeiros a chamar a atenção para a especificidade infantil. Segundo Ariès, “ela era menos um instrumento de coerção do que de aperfeiçoamento moral e espiritual e foi adotada por sua eficácia por que era a condição necessária do trabalho em comum” (1981, p. 191).

A partir das análises de Michel Foucault foi possível pensar a disciplina como um novo tipo de poder, uma das grandes invenções da sociedade burguesa. “É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância” (1979, p.187). As disciplinas têm como principal objetivo a normatização, através do adestramento dos corpos. A punição no sistema disciplinar funciona através do mecanismo gratificação-sanção.

A divisão segundo as classificações ou os graus tem um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar. (...) A disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares. (...) O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição.(FOUCAULT, 1999, p. 151)

Podemos identificar na escola paroquial de Serrote um sistema disciplinar baseado na hierarquização, através de promoções e brindes:

Final do ano assim, Pe. Alfredo trazia, fazia brinde, alunos que mais destacavam ganhavam (...) Tinha primeiro lugar, segundo lugar (...) Era pelas notas, somava comportamento também, viu? Mais quase... o comportamento dos alunos na escola era bom, porque a escola paroquial catequizava mesmo. Era difícil ter um aluno insubordinado na sala de aula, não tinha.(...) Todo mundo entrava ali, era o mesmo comportamento, como se estivesse na Igreja...

Para a depoente, o “bom comportamento” era consequência da catequização, que atingia a todos. Apesar dos dois ex-alunos que entrevistamos não se lembrarem de haver “insubordinação” por parte dos alunos, através da documentação escrita foi possível perceber que essa disciplinarização não era assim tão hegemônica, nem pacífica.

Nos livros de matrícula a que tivemos acesso, correspondentes a nove anos, foram encontrados o registro de dez casos de expulsão de alunos por “desobediência” ou “insubordinação”, o que indica ser este um fato muito presente nesta escola, especialmente entre os anos de 1944 a 1947. É significativo um caso encontrado, em 1944, da expulsão de um aluno por desobediência. Em seguida seus três irmãos deixaram a escola em protesto à essa expulsão. Este fato nos indica uma certa revolta por parte dos alunos e talvez dos próprios pais, contra a excessiva rigidez da escola. A partir de 1948 estes casos desaparecem, o que nos leva a pensar em duas hipóteses: teria havido a partir desse momento um maior afrouxamento da disciplina, ou os alunos se adequaram a ela, tendo sido realmente “catequizados”, como supõe a depoente Elisa. A segunda hipótese nos parece menos provável, pois não acreditamos na possibilidade da disciplina se impor de tal forma a ponto de não haver resistências a ela.

A escola paroquial tinha uma interferência direta na vida da comunidade. A figura do Pe. Alfredo, o diretor das escolas paroquiais e líder do catolicismo na região, como discutimos anteriormente, era extremamente respeitada, exercendo talvez uma influência maior que a do Estado. Segundo os depoentes suas funções ultrapassavam muito as sacerdotais, como afirma D. Elisa:

Ele trabalhava em prol da comunidade. No lugar que tinha escola paroquial ele era de parteiro a juiz. Frequentava, visitava, conhecia todo pai... conhecia todo mundo, num é? E ajudava a todos... e ele receitava, ele trazia remédios, medicamentos...

Mais uma vez podemos perceber a vigilância hierárquica, que ultrapassava os limites da escola, atingindo toda a comunidade. As múltiplas funções exercidas pelo Pe. Alfredo - eclesiástica, médica, caritativa e pedagógica - provavelmente lhe conferiam o poder de maior autoridade dentro da comunidade. A Igreja, como um poder legitimado, procurava impor a sua cultura, facilitado pela penetração que a instituição escolar conseguia ter na comunidade. Em relação às professoras, seu papel também ultrapassava muito a simples relação institucional, era parte das exigências da escola que estas também estabelecessem uma relação de proximidade com as famílias:

... o cuidado que os professores tinham com os alunos, eram verdadeiros pais, tinham cuidado mesmo, e o Pe. Alfredo cobrava isso. Quando o aluno adoecia o professor dava assistência. (...) todos os problemas elas tavam por dentro, principalmente dos alunos, não é? (...) Professores eram como se fossem pais e mães. A comunidade, todo mundo gostava dos professores.

Podemos perceber nessa escola o ideal do professor-pai, ou professora-mãe, presente também na escola particular rural e na escola pública estadual no período

pesquisado. A relação de proximidade entre os professores e os pais era essencial numa comunidade rural, em que a distinção entre o público e o privado era quase inexistente, mesmo no caso da escola paroquial que possuía um caráter mais institucional. D. Elisa relata a história de uma professora que por não se enquadrar nessas exigências acabou sendo excluída da escola:

... muitos pais falaram a respeito de uma professora que teve aqui, que num era amiga (...) era metida a importante (...) não dava muita importância às pessoas, não visitava, não conhecia as pessoas, né? E eles já tavam naquele costume dos professores ser amigo. O professor na cidade era um amigo da cidade, era amigo de todo mundo e principalmente dos pais dos alunos da escola paroquial. Aí falaram que essa professora não era assim, amiga, que não procurava se aproximar dos pais dos alunos. Eu sei que ela demorou bem pouco, Pe. Alfredo trocou (...) O povo se ligava muito às pessoas.

Nessa sociedade, as relações pessoais sobrepujam-se às profissionais, por isso a exclusão da professora da escola provavelmente não tivesse nada a ver com sua competência profissional. O professor, mesmo vindo de fora, para ser aceito deveria se integrar à comunidade, se tornando “amigo da cidade”. Nesse sentido a cultura escolar não apenas vai influenciar a cultura da sociedade, mas possivelmente o inverso também ocorre. A escola, ou a professora para ser aceita deveria agir de acordo com os valores presentes na cultura local.

Essa discussão nos remete às análises feitas por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra *Raízes do Brasil*, na qual procura traçar o perfil do homem brasileiro, que seria “o homem cordial”. Formado na estrutura patriarcal da família brasileira, onde prevalecem o autoritarismo e a superproteção, este homem é avesso às relações impessoais típicas do Estado moderno. Resultando daí, em um “Estado Patrimonial”, onde as relações pessoais e afetivas sobrepõem-se à capacidade técnica. Fugindo da lógica da sociedade moderna capitalista, que pressupõe valores racionais, no “homem cordial” predomina o comportamento emotivo, extremamente intimista, onde o personalismo se configura como principal elemento das relações entre as pessoas (HOLANDA, 1997).

Apesar das generalizações, as relações analisadas por Sérgio Buarque nos ajudam a pensar determinados comportamentos, presentes ainda hoje em nossa sociedade, principalmente em pequenas localidades do interior. Na escola paroquial, apesar de seu caráter institucional disciplinar, percebemos o mesmo caráter intimista nas relações entre pais e professores, presentes também na escola particular rural e na escola estadual. Essas características estão presentes nos três tipos de escola, se constituindo assim, o principal elemento comum entre elas.

Os três tipos de escola são perpassados por um ideal civilizador que visa moldar a criança procurando adequá-la ao mundo adulto. No entanto, as formas utilizadas para alcançar este objetivo variam, sendo as principais delas: a repressão, através do uso dos castigos físicos, a religião e a disciplina moderna, correspondendo assim à diferentes formas de conceber a infância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1981.
- DEL PRIORE, Mary (org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo, SP: Contexto, 1992.
- _____. (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo, SP: Contexto, 1999.
- FARIA FILHO, Luciano M., VIDAL, Diana G. et al. A cultura escolar como categoria de análise e como espaço de investigação na história da educação brasileira. *Educação & Pesquisa*, vol. 30, nº 1, jan/abr. 2004, p. 139-160.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1979.
- FREITAS, Marcos César de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez, 1997.
- GÉLIS, Jaques. “A individualização da criança” In ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada* (vol. 3). São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1997.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. nº 1, 2001, p. 9-44.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Montaillou, povoado occitânico, 1294-1324*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Instituto Braudel, 2005.
- REIS, Diomedes Pereira dos. *Serrote de ontem, Serrolândia de hoje*. Salvador: Press color, 1994.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VIDAL, Diana G. Cultura e práticas escolares: a escola como objeto de pesquisa. *Culturas escolares: Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 21-69.
- VIÑAO FRAGO, Culturas escolares, mimeo, 2000, 8 p.
- VICENT, Guy, LAHIRE, Bernard e THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*. 2001, p. 7-48.